

Resenhas

Ana Alexandre Fernandes. 1999 (reimpressão da 1ª ed. 1997). *Velhice e Sociedade: Demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal*. Oeiras: Celta. 181 pp. Anexos: 185-211. ISBN: 972-8027-83-4.

A importante tarefa que Ana Fernandes se propõe levar a cabo nesta obra é a crítica da representação da identidade social dos idosos como indivíduos diminuídos, excluídos e carenciados, afirmando que o estudo crítico da velhice 'exige começar por romper com as concepções dominantes do que é ser *velho* (...). É romper com a visão comum que tem tendência a tratar uma categoria de idades como se fosse um grupo de agentes não diferenciados, dotados das mesmas propriedades substanciais, inscritas numa espécie de essência biológica, conhecidas e reconhecidas por todos' (p.13; itálico original).

No projecto de desmontar esta 'visão comum', a autora, após referir as causas do envelhecimento demográfico - o fenómeno que está a tornar-se a questão demográfica mais representativa do mundo actual - e das medidas apresentadas pelos demógrafos para resolução do problema, aprecia, analiticamente, a noção de envelhecimento demográfico construída a partir de categorias que têm por base uma concepção de idade fixa, ocultando uma realidade dos nossos dias, que é o progressivo aumento do número de anos vividos e também a da qualidade crescentes desses anos.

A velhice, tecnicamente falando, refere a proporção de pessoas com mais de 65 anos. A autora serve-se de indicadores demográficos para corroborar a tese de que existem transformações significativas que ocorrem ao nível das estruturas familiares e, em particular, a diminuição gradual das taxas brutas de nupcialidade até à sua estabilização na actualidade, alterações na idade média

do primeiro casamento, aumento da taxa de divorcialidade, diminuição da mortalidade infantil acompanhada da descida da fecundidade. Estas transformações na sociedade portuguesa estão relacionadas com uma nova condição da velhice nas relações familiares e de geração. Assim, actualmente, quase todas as crianças têm a possibilidade de conhecer e conviver durante mais tempo com os seus avós ou parte deles, sustentando esta afirmação com vários indicadores demográficos expostos ao longo do capítulo. No entanto, do ponto de vista de Ana Fernandes, os 'efeitos sociológicos da permanência dos ascendentes por muitos mais anos no contexto das solidariedades familiares de base são ainda mal conhecidos' (p. 56).

Com o objectivo de construir uma topologia das relações familiares - a partir de uma população de estudantes dos quatro anos dos cursos de licenciatura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa -, Ana Fernandes inquiriu um universo inicial de 700 estudantes com pelo menos um dos seus avós vivo. Para isso, utiliza o método desenvolvido por Daniel Bertaux para o estudo da mobilidade social, conhecido pelo método das 'genealogias sociais comparadas', que pretende apurar as configurações morfológicas no interior da família. Através dos 599 indivíduos inquiridos, na sua condição de netos - e que constituem a terceira geração - obteve informação relativa aos avós e pais, verificando que, na primeira geração, a dos avós, existem mais mulheres que homens - o que se constata na sociedade portuguesa a nível geral. Na geração intermédia, a dos pais, são visíveis os mesmos efeitos da sobremortalidade masculina, ainda que em menor dimensão, constatando-se uma regularidade na proximidade residencial entre pais (Avós) e filhos (Pais).

Por outro lado, a fecundidade das avós (primeira geração) é maior do que a das suas filhas (segunda geração). As avós viúvas coabitam regular ou temporariamente com os seus filhos.

Daqui conclui a autora que a instituição familiar é ainda, para os avós, o garante da solidariedade, porque só uma pequena parte vive em instituições para idosos, verificando-se também a coabitação (regular ou temporariamente) das avós viúvas com os seus filhos.

O argumento deste livro apresenta e reconstitui, de forma historicamente fundamentada, as condições que levaram à criação dos primeiros sistemas de reforma, evidenciando, nessa leitura, o protagonismo do Estado e dos diferentes intervenientes no processo. É enfatizado o problema, hoje muito popular, da perspectiva de futura incapacidade financeira da segurança social, inerente aos regimes que se baseiam no princípio da repartição. Segundo a autora, a sobrevivência do sistema de segurança social depende do futuras opções a assumir, já que o actual sistema 'corre riscos que serão agravados com medidas de antecipação da idade da reforma. Tais medidas farão com que o rácio de equilíbrio beneficiários activos/pensionistas diminua ainda mais. Pelo contrário, medidas que tendam para um aumento da idade de passagem à reforma e promovam um controlo mais rigoroso sobre as passagens à reforma por invalidez contribuirão para aliviar a carga que se prevê venha a ser insustentável' (p.137).

Acresce ao aumento das despesas na segurança social o facto de ainda se continuar a verificar um aumento da esperança de vida nas idades mais avançadas - e é, precisamente, essa probabilidade de poder (sobre)viver durante mais tempo que faz aumentar o número de idosos. Neste contexto, começa a equacionar-se a idade de passagem à reforma em função da esperança de vida, tese não partilhada por todos os que advogam os direitos conquistados e, como tal, já adquiridos e inquestionáveis. O texto avança, assim, com a análise das dinâmicas de produção das políticas sociais de velhice e os tipos de respostas institucionais promovidas. Depois de aludir ao fenómeno da velhice pensionada em Portugal, Ana Fernandes advoga a tese - em consonância com outros teóricos desta problemática - segundo a qual é com a universalização do direito às refor-

mas que a velhice se torna identificável. Para essa visibilidade concorre o facto de haver cada vez mais pessoas reformadas, com mais de 65 anos. A velhice, advogada hoje como um problema social, torna-se objecto de políticas sociais, de modo que agentes e recursos surgem direccionados para a gestão social da velhice, ao mesmo tempo que servem para formar uma determinada ideia convencionalizada do idoso, precisamente o objecto da análise crítica deste livro.

Na verdade, a autora centra a abordagem nas concepções dos trabalhadores sociais que tendem a conceber a imagem das pessoas idosas a partir dos utentes das instituições onde trabalham. Depois de tecer considerações sobre as funções do trabalho social, Ana Fernandes conclui que a estruturação de categorias de representação dos agentes sociais que concebem os idosos como indivíduos incapazes de agir em proveito próprio e necessitando de pessoas competentes para promoverem suas próprias acções interfere com uma nova concepção do que é ser velho nas sociedades desenvolvidas. Esta nova concepção parte da situação simples de que são, actualmente, mais as pessoas que atingem os 60 anos dispondo de saúde e vitalidade, mas é sobretudo fundada na persuasão de que as gerações do futuro chegarão cada vez em maior número a idades mais avançadas, terão melhores condições de vida (educação, cultura e saúde) e, provavelmente, contribuirão para a alteração do conceito e da prática da velhice.

Nesta análise crítica - que a autora considera inconclusiva - sobre o sentido das intervenções públicas na resolução do problema social da velhice, Ana Fernandes afirma que o grande desafio das sociedades modernas é gerir, prospectivamente, novos cenários. Uma outra fase da vida surge agora situada entre a vida activa (que é cada vez mais reduzida) e a velhice (cada vez mais tardia). A velhice assistida é hoje um problema mais complexo do que a idade da reforma, resultante do facto de que, numa ideia de Xavier Gaullier a que a autora faz referência (p.9), hoje as pessoas permanecem biologicamente jovens cada vez mais tarde, enquanto se tornam socialmente velhas cada vez mais cedo.

Fernanda Daniel
Instituto Superior Miguel Torga